

O PÓS CUSTODIALISMO NA PRÁTICA: algumas considerações sobre a política de custódia distribuída do Arquivo Nacional Australiano

Cássio Murilo Alves Costa Filho¹

RESUMO: Analisa a abordagem pós-custodial e sua aplicação na Arquivologia. Além disso, investiga as principais características da Arquivologia australiana e do modelo *records continuum*, a fim de subsidiar o entendimento da política de custódia distribuída promovida pelo Arquivo Nacional australiano.

Palavras-chave: Pós-custodialismo. Modelo Records Continuum. Custódia Distribuída.

POST-CUSTODIALISM IN PRACTICE: some considerations about the distributed custody policy of the National Archives of Australia

ABSTRACT: It analyses the post-custodial approach and its application in Archival Science. Furthermore, it investigates the main features of the Australian archival theory and the records continuum model, in order to support the understanding of the distributed custody policy of National Archives of Australia.

Keywords: Post-Custodial Approach. Records Continuum Model. Distributed Custody.

1 INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 1970 e 1980, verifica-se na Arquivologia um redirecionamento da área para novas questões ligadas às transformações sociais e tecnológicas ocorridas no período. As recentes formas de produção e uso da informação arquivística trouxeram novos questionamentos teóricos e práticos para a área, sobretudo no que se refere aos objetos, métodos e princípios teóricos (JARDIM, 2012).

Thomassen et al. (1999) ao analisarem o desenvolvimento da Arquivologia em concordância com as etapas estabelecidas no processo de evolução das ciências de Kuhn, sugerem a emergência de um “novo paradigma”, o qual sucederá o paradigma clássico — Arquivologia Clássica. Esse “novo paradigma”, surge em virtude do advento das tecnologias da informação e da comunicação no início da década de 1980 e está relacionado ao fato de a “ciência normal”, junto ao seu conjunto de tradições existentes, não conseguir integrá-las. A primeira revolução científica da Arquivologia se deu no final do século XIX, com a publicação do Manual dos Holandeses e teve na Europa seus principais representantes. Já no

¹ Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). E-mail: acosta.cassio@gmail.com

caso da segunda revolução científica, a qual o autor denomina “novo paradigma”, a América do Norte é apontada como o local de maior notoriedade.

Hugh Taylor é indicado por Thomassen et al. (1999) como o primeiro teórico a reconhecer que os impactos causados pelas tecnologias da informação e comunicação não eram apenas técnicos, nem se tratavam de um mero “ajuste tecnológico”. Esses impactos consistiriam em uma mudança paradigmática na Arquivologia. No clássico artigo *Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift?*, de 1987, oriundo da primeira conferência anual da Association of Canadian Archivists (ACA), Taylor trata o impacto ocasionado pelas tecnologias como uma ruptura, ou uma mudança de paradigma, determinada pelas transformações da cultura, dos documentos, do computador, do usuário e do arquivista (TAYLOR, 1987).

Quanto à nomenclatura dada a esse “novo paradigma” no domínio da Arquivologia, notamos que os termos “pós-custodialismo” e “era pós-custodial” são bastante utilizados para designar as novas abordagens surgidas desde então. Constatamos que o termo “pós-custodialismo” foi utilizado pela primeira vez por F. Gerald Ham, no artigo intitulado *Archival strategies for the post-custodial era*, de 1981. Nesse artigo, o autor analisa as novas formas de registro, uso, armazenamento e disposição da informação e sugere que os arquivistas precisam ter habilidade para se adaptarem e formularem estratégias para lidar com as oportunidades e problemas trazidos pela revolução tecnológica (HAM, 1981).

2 A ARQUIVOLOGIA AUSTRALIANA

No discernimento de Michael Piggott (1998), a história dos arquivos na Austrália segue linhas previsivelmente tradicionais. Sua trajetória se dá com uma soma de fatores relacionados às origens do país, à evolução e às realizações das instituições arquivísticas, das associações de profissionais, das leis, dos eventos e dos praticantes. Entretanto, para cumprir o propósito dessa investigação, constatamos que são poucas as publicações que tratam da temática, o que torna a pesquisa obstaculizada. Segundo Piggott (1998), tal fato pode ser efeito do pouco envolvimento dos pesquisadores australianos com a história do desenvolvimento da Arquivologia no país e do pouco reconhecimento dado às origens das principais funções arquivísticas — aquisição, avaliação, destinação, acesso, custódia, armazenamento, preservação e controle intelectual — que não surgiram nos dias de hoje e tiveram seu fortalecimento nas antecessoras práticas realizadas nas bibliotecas, nos arquivos e nas organizações.

Além da trajetória essencialmente tradicional, conforme já destacado, Piggott (2012) se utiliza de três fatores para abordar a distinção da Arquivologia australiana. O primeiro é o que denomina *archival terroir*. *Terroir* é um conceito referente à produção de vinhos e está ligado às relações entre o solo, o clima e as práticas enológicas aplicadas, que proporcionam características distintas e não explicáveis aos vinhos produzidos. Em relação aos arquivos, a analogia é feita com base nas qualidades particulares de uma sociedade, a qual recebe influências de sua localização, tradição, clima, geologia e geografia, aspectos que influenciam diretamente no registro das atividades de seus membros. O segundo fator é o individual. Piggott (2012) enfatiza a característica “auto documentarista” do homem, o que implica um modo de manter seus documentos de acordo com atributos peculiares.

Basicamente, até a institucionalização da Arquivologia na Austrália, fato que se iniciou na década de 1950, sua evolução seguia um roteiro previsivelmente tradicional. O período foi bastante marcado pelas tentativas de consecução de autonomia para os arquivos, a fim de que profissionais, instituições e até o método de tratamento de documentos arquivísticos fossem desvinculados do controle das bibliotecas. T. R. Schellenberg tem papel de destaque nesse feito, uma vez que sua visita trouxe ânimo e proveu de orgulho a classe de profissionais arquivistas, razões para o impulso necessário dos trabalhos pela independência.

A situação se modificou na década de 1960, quando Ian Maclean, sob o comando do CAO, passou a buscar soluções para a resolução dos problemas dos arquivos da Austrália. Para esse fim, Maclean viajou por vários países da Europa, a fim de encontrar experiências compatíveis com o caso da Austrália. Por ser uma federação recente e administrativamente instável, a equipe do CAO deparou-se com uma realidade distinta. A grande quantidade de mudanças administrativas, sobretudo a realocação de funções governamentais dentre vários órgãos, revelaram a dificuldade de aplicação estrita do conceito de *record group* e fizeram com que o arquivista Peter J. Scott sugerisse uma nova forma de administrar os arquivos australianos. Surge nesse momento o *series system*, que, grosso modo, significa a dissociação da descrição dos documentos e de seu contexto, a fim de que a proveniência dos documentos não seja estritamente física e possa ser respeitada ainda que intelectualmente.

Tem-se nesse momento o início de uma configuração teórica própria da Austrália, muitas vezes vista como em desconformidade com os princípios e conceitos fundamentais da Arquivologia. Apesar das diversas críticas recebidas quando do momento de seu aparecimento, o *series system* mostrou sua relevância décadas mais tarde, tendo suas perspectivas integradas às normas internacionais de descrição de documentos. Scott,

conforme atribuição do canadense Terry Cook, pode ser considerado o primeiro pós-custodial da Arquivologia.

3 O MODELO RECORDS CONTINUUM

A abordagem assente no *continuum* surgiu na Austrália, na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny no âmbito do CAO (COSTA FILHO, 2016). Na década de 1990, verificamos o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada, em parte, pelo advento da gestão de documentos digitais.

O modelo *records continuum* foi articulado pelo australiano Frank Upward e apresentado à comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos “*Structuring the records continuum*” em 1996 e em 1997, no periódico *Archives and Manuscripts*. Nesses artigos, Upward apresenta as bases e fundamentos teóricos do modelo, que estão intimamente associados à Teoria da Estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo do sociólogo Anthony Giddens e ao Pós-Custodialismo. Com base nas referidas ideias, Upward (1996) apresenta os princípios estruturais do *records continuum*:

- Um conceito de documentos que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- Um foco nos documentos como entidades lógicas, ao invés de físicas, independentemente se eles estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;
- A institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o recordkeeping aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- A Arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Upward (1996) apresenta as propriedades do *records continuum* por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 1). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da Arquivologia — identidade, evidência, transação e *recordkeeping* —, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo mediante círculos concêntricos.

Apresentamos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir.

Quadro 1 – Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*

Eixos		Coordenadas
Entidades	Definição	Elementos
<i>Recordkeeping</i>	Meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas.	Documento
		Documento arquivístico
		Arquivo
		Arquivos
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva.	Vestígio de ação
		Evidência
		Memória institucional/ individual
		Memória coletiva
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios.	Ato
		Atividades
		Funções
		Missão
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos.	Ator
		Unidade
		Organização
		Instituição

Fonte: COSTA FILHO (2016).

Em seguida, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional e pluralização da memória coletiva.

- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva — social cultural e histórica —, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (Pluralizar a memória).

Upward apresenta como fundamentos do modelo abordagens ditas pós-modernas e as teorias da estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo de Anthony Giddens. A partir disso, tem-se o que pode se constituir o cerne do *records continuum*, que, no nosso entendimento, consiste: na designação de um conceito inclusivo de documento arquivístico, o qual não se restringe à obtenção de valor de modo ordenado e consecutivo, mas em um valor contínuo; no foco no documento como entidade lógica, em vez de física, e consequente valorização do seu contexto de produção e uso; e na concomitância de perspectivas evidenciais e de memória, visando ao atendimento de premissas de *accountability* e de memória coletiva, simultaneamente.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal — diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos — os documentos estão em um constante processo de devir, isto é, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo. Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem canadense conhecida como Arquivística Integrada. Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem pelas

dimensões gradualmente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

4 A POLÍTICA DE CUSTÓDIA DISTRIBUÍDA DO ARQUIVO NACIONAL AUSTRALIANO

O pioneirismo das instituições arquivísticas australianas no estabelecimento de normas e metodologias para a gestão de documentos digitais durante a década de 1990 pode ser apontado como uma das expressivas contribuições dos australianos para a Arquivologia. Uma das principais características da gestão de documentos digitais australianas, na década de 1990, foi a adoção da estratégia de custódia distribuída, que surgiu como alternativa à cadeia de custódia ininterrupta de Jenkinson.

Para Jenkinson, a custódia é um processo linear de herança que não está aliado apenas ao arquivo como instituição, mas também aos lugares ao longo da cadeia que herdam responsabilidades. Em suma, o que mais importa para Jenkinson é a distribuição das responsabilidades sobre os documentos de forma linear ao longo do tempo por meio de processos legitimados. Caso a cadeia seja quebrada, os documentos se tornam pouco confiáveis.

No que se refere à custódia distribuída, Bantin (1998) entende que essa estratégia consiste no atraso ou adiamento do recolhimento de documentos permanentes por períodos muito mais longos do que no passado. Em alguns casos, os documentos podem permanecer por tempo indeterminado sob a custódia do órgão produtor. Segundo o autor, a premissa básica que fundamenta essa posição é que em um ambiente digital as instituições arquivísticas podem cumprir com suas responsabilidades sem a necessidade de assumir a custódia física dos documentos. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas para a gestão de documentos em um ambiente de custódia distribuída.

Bantin (1998) conclui seu entendimento sobre as referidas questões sugerindo que o problema central pode não ser a custódia, mas sim a criação de um sistema confiável e amplamente aceito que gerencie documentos digitais. Para isso, é fundamental a definição de políticas e procedimentos que garantam — independentemente de onde os documentos estarão alojados — que os documentos serão gerenciados de acordo com essas boas práticas.

No caso das instituições australianas, tem-se a decisão da adoção da custódia distribuída como forma de manter os documentos digitais sob a custódia dos órgãos

produtores, já que eles possuem necessidades administrativas e possuem a expertise técnica para gerenciá-los. Nesse ponto, recorreremos à explanação de Reed (1997) sobre a evolução da gestão de documentos digitais na Austrália. A partir de 1995, o *Australian Archives*² passou a adotar formalmente a custódia distribuída mediante os documentos *Managing Electronic Records: a Shared Responsibility* e *Keeping Electronic Records: Policy for Electronic Recordkeeping in the Commonwealth Government*.

Não obstante a grande discussão sobre a adoção da custódia distribuída na década de 1990, verificamos que a estratégia foi abandonada a partir do ano 2000. De acordo com Don Boadle:

Essa “mudança significativa” na política iniciou-se a partir do *Agency to Researcher Digital Preservation Project*, que tinha como objetivo a preservação contínua do valor dos documentos baseados em formatos de dados de arquivamento XML. Nesse passo, o NAA baseava-se nas experiências internacional e australiana, incluindo o *Victorian Electronic Records Strategy* (VERS), que tinha sido instigado em 1996 com o financiamento do *Microeconomic Reform Fund* do governo de Victoria. Projetos de preservação nas bibliotecas também sugeriam que essa gestão a longo prazo de documentos digitais era necessária para abordar questões técnicas, processuais, administrativas, organizacionais e políticas de forma inter-relacionada (BOADLE, 2004, p. 249, tradução nossa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Asseveramos que os principais aspectos do ciclo vital diferem das possibilidades proporcionadas pelo documento arquivístico digital, ou seja, o fato de o ciclo vital apregoar a gestão ao longo de estágios ou fases distintas, com procedimentos e atividades específicos para cada fase e a execução desses, geralmente, por profissionais distintos, limita as vantagens do uso do documento digital. As inúmeras possibilidades proporcionadas pelos documentos digitais, sobretudo pelo seu caráter virtual, passaram a exigir uma gestão integrada, em que o conjunto de ações tomadas sobre os documentos não fossem limitadas a um único espaço ou tempo determinados. Cabe aqui ressaltarmos que debates acerca da defesa de uma integração entre as atividades da gestão de documentos — principalmente no que diz respeito aos documentos de caráter administrativo e histórico — não tiveram como fatores impulsionadores, exclusivamente, o aparecimento dos documentos digitais. Questões advindas pelo distanciamento dos profissionais *records managers* e *archivists*, pelas

²O nome *Australian Archives* foi substituído por *National Archives of Australia* em 1998 (AUSTRALIA, 2012)

dificuldades de aplicação estrita do conceito de *record group* e pelo aparecimento de leis de acesso à informação podem ser aludidas como amostras.

Ao tratar das possíveis limitações impostas pelo ciclo vital, verificamos que há uma convergência de posições dos teóricos da área que sinalizam para a necessidade de uma readaptação. Mesmo os teóricos que defendem a aplicabilidade do ciclo vital dos documentos à gestão de documentos digitais, como Luciana Duranti e Heather MacNeil, sugerem uma alteração na quantidade de fases e uma maior integração entre essas. Grande parte dos estudos analisados entendem que o ciclo vital se tornou inadequado para lidar com a realidade digital. As principais limitações estão relacionadas à estrita delimitação dos procedimentos e operações técnicas dentro de cada fase, o que ocasiona, conseqüentemente, em um distanciamento entre os profissionais que atuam nas fases. As possibilidades de os documentos digitais estarem em vários locais e tempos, permite que as fases ocorram simultaneamente, não exigindo um cumprimento sistemático e sucessivo.

Como forma de minimizar tais limitações, recorreremos ao modelo australiano *records continuum*. Verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*, utilizando-nos de tradução livre, podemos compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Assim, constatamos que dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante à realidade digital.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal — diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos — os documentos estão em um constante processo de devir, isto é, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo. Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem canadense conhecida como Arquivística Integrada. Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem pelas dimensões gradualmente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência,

participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital. No Brasil, embora reconheçamos que a atuação do profissional arquivista se dá sobre todo o ciclo vital dos documentos, ao contrário do que ocorria ou ocorre em outros países, parece-nos que tal fato não garante uma gestão integrada, posto que o distanciamento entre espaços e tempos avigorado pela separação em estágios subsiste.

REFERÊNCIAS

An, Xiaomi. An integrated approach to records management. **Information Management Journal**, v. 37, p. 24–30, jul./aug. 2003.

ATHERTON, Jay. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management–archives relationship. **Archivaria**, Ottawa, n. 18, p. 43–51, 1985.

BANTIN, Philip C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? **Archival issues**, v.23, n. 1, p. 17–34, 1998.

BEARMAN, David. Managing the record continuum. **Archives and Museum Informatics**, v. 10, n. 2, p. 133–136, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21–29, 1998.

CAYA, Marcel. **La théorie des trois âges en archivistique**. En avons-nous toujours besoin? In: ELEC, Conférence de l'École des chartes, 2004. Disponível em: <http://elec.enc.sorbonne.fr/document72.html>. Acesso em: 24 dez. 2015.

CHELL, Robert W.; YUSOF, Zawiyah M. The records life cycle: an inadequate concept for technology-generated records. **Information Development**, v. 16, n. 3, sep. 2000.

COOK, Terry. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. In: AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVISTS CONFERENCE: BEYOND THE SCREEN: CAPTURING CORPORATE AND SOCIAL MEMORY, 2000, Melbourne. **Papers...** Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000, p. 8–21.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-Custodialismo**: o modelo australiano records continuum como instrumento de

elucidação. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COUTURE, Carol. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147–163, nov. 2015.

CRUZ MUNDET, José Ramon. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: _____. (Org.). **Administración de documentos y archivos: Textos fundamentales**. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. 488 p.

DINGWALL, Glenn. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Ed.). **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC-Clio, 2010. p. 139–161.

DOLLAR, Charles. M. Archivists and records managers in the information age. **Archivaria**, n. 36, p. 37–52, 1993.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de archivística básica: gestión y sistemas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013. 287 p.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 135–154.

KLUMPENHOWER, Robert. **Concepts of value in the archival appraisal literature: an historical and critical analysis**. 1988. 161 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1988.

LOPES, Luís Carlos. **A nova archivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009. 416 p.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MCKEMMISH, Sue. Placing Records Continuum Theory and Practice. **Archives & Museum Informatics**, v. 1, n. 4, p. 333–359, 2001.

RIBEIRO, Fernanda. Da Arquivologia técnica a Arquivologia científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras – Ciência e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 1, I série, p. 97–110, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina archivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p. (Nova Enciclopédia, 56).

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria archivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268–285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – Part Two: Structuration theory and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10–35, 1997.